

MONITOR FISCAL



União acumula até outubro déficit primário de R\$ 34,6 bilhões em 2015. Substitutivo ao PLN 5/15, aprovado na CMO, propõe mudança da meta do exercício para um déficit primário de R\$ 51,8 bilhões, podendo chegar a R\$ 119,9 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2015

R\$ bilhões

ESFERA	META DO ANO	REALIZADO ATÉ OUTUBRO	A REALIZAR	PLN Nº 5/15 ORIGINAL		SUBSTITUTIVO DO PLN Nº 5/15	
				META DO ANO	A REALIZAR	META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	66,3	-20,0	86,3	8,7	28,7	-48,9	-28,9
União	55,3	-34,6	89,9	5,8	40,4	-51,8	-17,2
Gov. Central	55,3	-34,0	89,3	5,8	39,8	-51,8	-17,8
Estatais	0,0	-0,6	0,6	0,0	1,1	0,0	0,6
Estados e Municípios	11,0	14,6	-3,6	2,9	-11,7	2,9	-11,7

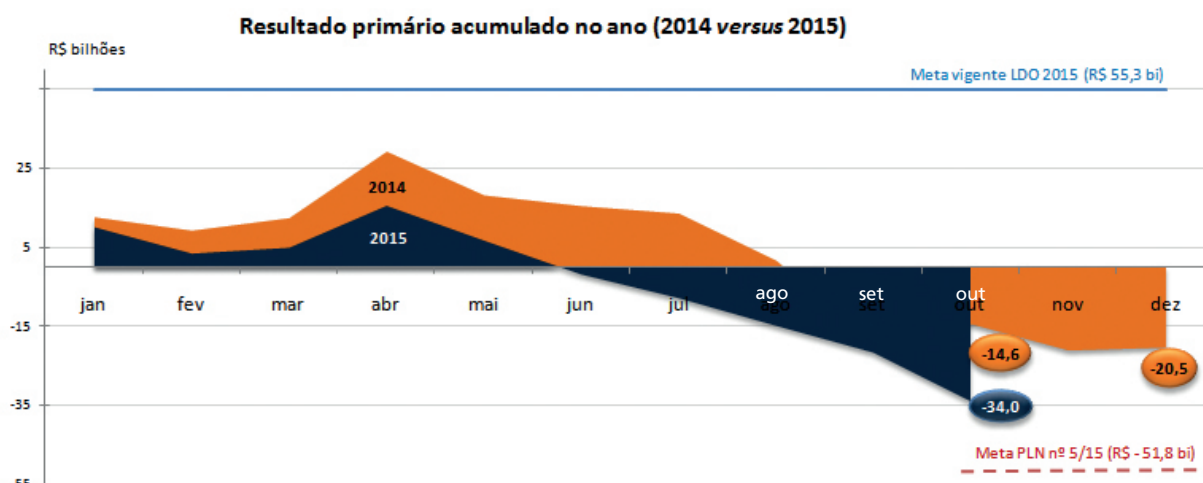
Fonte: Banco Central.

- O resultado primário da União até outubro foi deficitário em R\$ 34,6 bilhões. Trata-se do menor valor para o período desde 2002, início da série histórica do Banco Central com a metodologia atual. Para que a meta do ano fosse alcançada, seria necessária uma economia de R\$ 86,3 bilhões nos últimos dois meses do exercício. Quanto aos demais entes, o superávit acumulado superou em R\$ 2,8 bilhões o valor estimado para o exercício.
- Ressalte-se, porém, que ainda se encontra em tramitação projeto de lei de alteração da LDO 2015 (PLN nº 5/2015), cujo substitutivo atual, aprovado na CMO, propõe mudança da meta do exercício para um déficit primário da União de R\$ 51,8 bilhões.
- De acordo com o substitutivo, seria permitido estender o déficit primário até R\$ 119,9 bilhões, na hipótese de frustração da receita de concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hidroelétricas (R\$ 11,0 bilhões), e de pagamento de passivos junto a: FGTS (R\$ 20,7 bilhões); BNDES (R\$ 22,4 bilhões); Banco do Brasil (R\$ 12,3 bilhões); e Caixa Econômica Federal (R\$ 1,5 bilhão).

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)

- Até outubro, o déficit primário acumulado em 2015 pelo governo central alcançou R\$ 34,0 bilhões (-0,71% do PIB), contra déficit de R\$ 14,6 bilhões (-0,32% do PIB) verificados em igual período de 2014. Vale destacar que, apenas em outubro, o déficit foi de R\$ 12,3 bilhões, em contraposição a superávit de R\$ 4,9 bilhões obtido no mes-

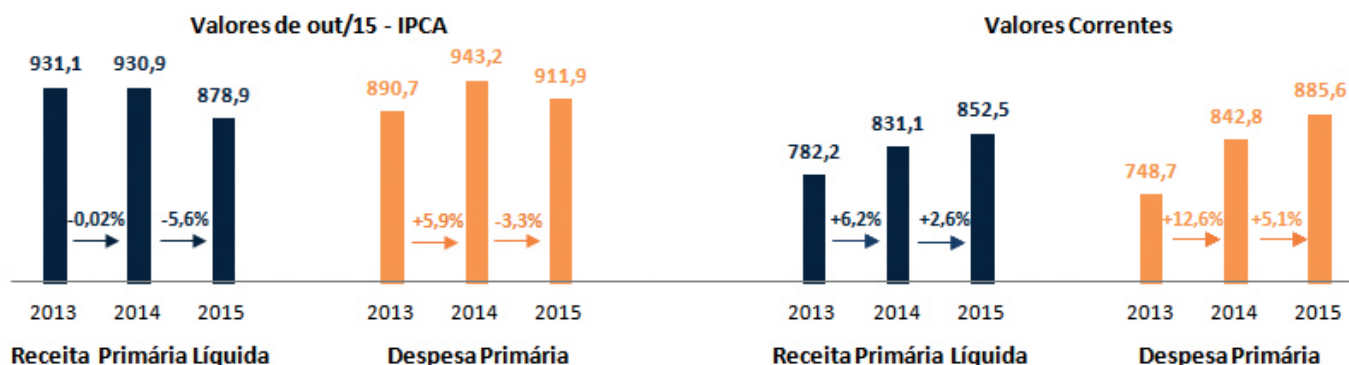
mo período de 2014. O resultado de outubro de 2015 foi afetado, em parte, pelo adiantamento de metade do 13º salário para os beneficiários que ganham acima de um salário mínimo. Em 2014, o referido pagamento ocorreu em setembro.



Fonte: Banco Central.

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias - acumulado janeiro-outubro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

- De 2014 para 2015, a receita primária líquida de transferências, em termos reais, apresentou queda de 5,6% considerando-se os valores acumulados no período de janeiro a outubro. As despesas primárias, por seu turno, apresentaram redução real de 3,3% no mesmo período.
- A queda da receita reflete a redução na atividade econômica, que impacta diretamente a arrecadação tributária, inclusive a parcela vinculada à seguridade social. Pelo lado

da despesa, a redução observada no ano decorre, em grande medida, da contenção dos investimentos e dos gastos com abono e seguro desemprego.

- Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida apresenta aumento 2,6% no mesmo período, ao passo que o crescimento da despesa primária foi 5,1%.

D. RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

- Nota-se, com base no item VI da tabela a seguir, que a partir do 5º Bimestre o Poder Executivo passou a buscar o alcance da meta de déficit primário de R\$ 51,8 bilhões, sem a necessidade de alteração do contingenciamento de R\$ 79,5 bilhões em despesas discricionárias já imposto até a edição do Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015.
- Nada obstante, em 27/11/2015 foi editado o Decreto nº 8.580, que reduziu o limite total para empenho de despesas discricionárias do Poder Executivo em mais R\$ 9,0 bilhões.

- Caso fosse buscada a meta de superávit primário ainda em vigor, de R\$ 55,3 bilhões, haveria a necessidade de contingenciamento adicional de R\$ 107,1 bilhões em despesas discricionárias. Isso porque o Poder Executivo prevê, para todo o exercício, queda de receitas primárias líquidas no valor total de R\$ 166,7 bilhões, associada à projeção de aumento de R\$ 19,9 bilhões em despesas primárias obrigatórias. Da combinação desses efeitos resultaria a necessidade total de contingenciamento de R\$ 186,6 bilhões em 2015, em contraposição aos R\$ 79,5 bilhões que já haviam sido contingenciados.

Item	2014	2015*			
	Executado	LOA (A)	Reestimado 4º bim.(B)	Reestimado 5º bim.(C)	Diferença (C-A)
I. Receita Primária Total	1.221,4	1.447,8	1.318,2	1.260,3	(187,5)
II. Transferências aos Entes Subnacionais	202,5	224,4	206,7	203,6	(20,8)
III. Receita Primária Líquida (I - II)	1.018,9	1.223,4	1.111,6	1.056,7	(166,7)
IV. Despesa Primária	1.051,6	1.168,1	1.105,7	1.108,5	(59,6)
Desp. Obrigatórias	781,5	841,7	858,8	861,6	19,9
Benefícios da Previdência	402,1	436,3	436,2	436,8	0,5
Pessoal e Encargos Sociais	223,0	235,8	236,2	237,2	1,4
Abono e Seguro Desemprego	51,8	47,0	48,5	49,2	2,2
BPC / RMV ²	38,4	42,2	42,4	42,7	0,5
Demais	66,2	80,4	95,5	95,7	15,3
Desp. Discricionárias	270,1	326,4	246,9	246,9	(79,5)
Emendas Individuais	6,1	9,6	4,6	4,1	(5,5)
Demais Discricionárias	264,0	316,7	242,3	242,8	(73,9)
V. Ajustes¹	15,5	-	-	-	-
VI. Resultado Primário (III - IV + V)	-17,2	55,3	5,9	-51,8	(107,1)

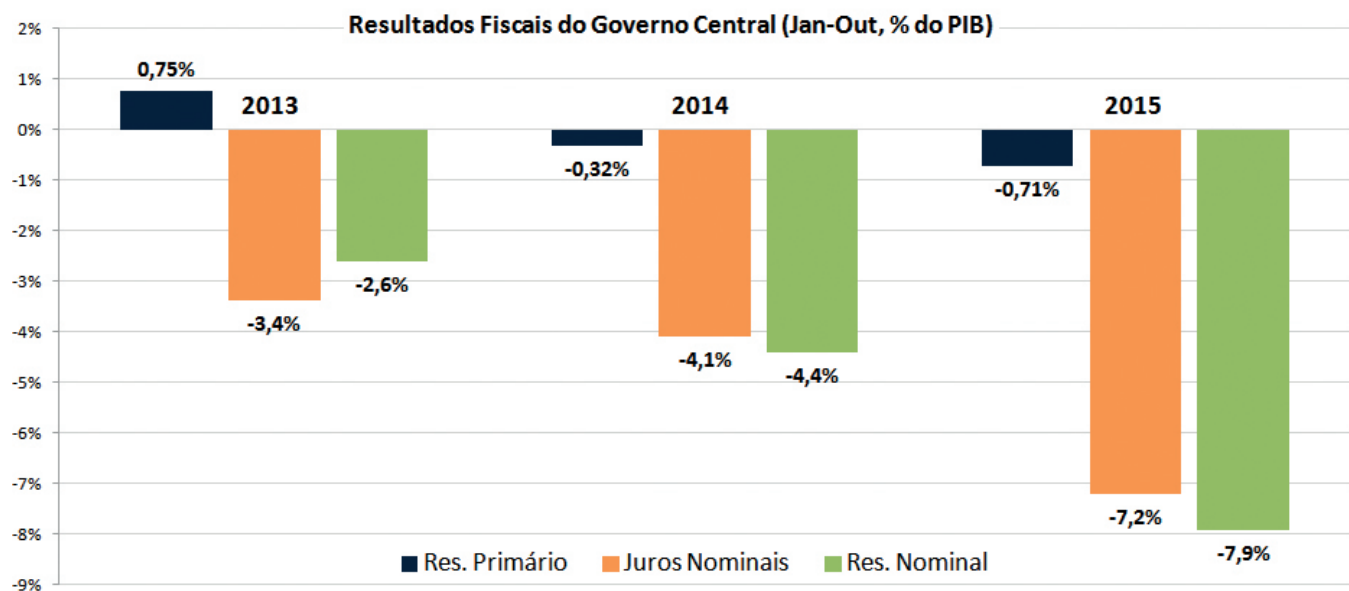
Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF, Relatório SOF/STN de Avaliação do 4º e 5º bimestres.

* Valores acumulados de janeiro a dezembro

¹Diferença regimes caixa/competência, despesas extra-orçamentárias e empréstimos líquidos.

²BPC – Benefício de Prestação Continuada, RMV – Renda Mensal Vitalícia.

E. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (2013-2015)



Fonte: Banco Central.

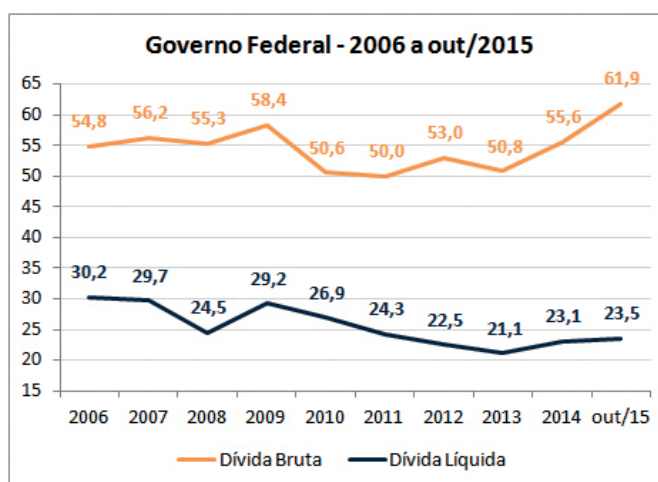
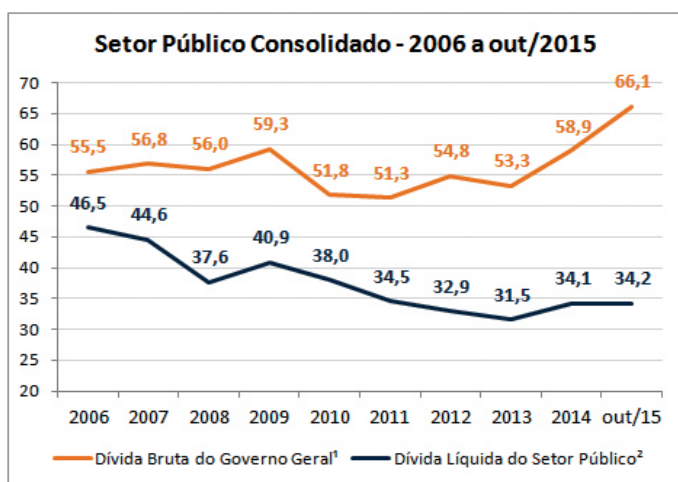
- O resultado nominal do governo central, acumulado em 2015, é deficitário em R\$ 380,4 bilhões (7,9% do PIB). Em 2014, o déficit acumulado no mesmo período foi de R\$ 201,1 bilhões (4,4% do PIB).
- Essa deterioração do resultado nominal é explicada, principalmente, pela expressiva elevação dos juros nominais líquidos apropriados no ano, que já somam R\$ 346,3 bilhões (7,2% do PIB), contra R\$ 186,5 bilhões (4,1% do PIB) acumulados em igual período de 2014.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

- A dívida bruta do governo geral acumula crescimento de 7,2 p.p. do PIB em 2015 e atingiu 66,1% do PIB (R\$ 3,8 trilhões), maior nível desde 2006. O aumento do endividamento é resultado não apenas da redução do resultado primário, mas também do impacto do aumento dos juros no resultado nominal (vide item E).
- A dívida líquida do setor público, por sua vez, mantém-se próxima ao patamar dos últimos anos, representando em outubro 34,2% do PIB. A relativa estabilidade da dívida líquida, frente ao crescimento da dívida bruta, é explicada,

em parte, pelo aumento no valor das reservas internacionais provocado pela desvalorização do real e que impacta positivamente o valor dos ativos do Banco Central.

- Especificamente quanto ao governo federal (excluindo Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu, em 2015, 6,3 p.p. do PIB e também se encontra no maior nível desde 2006, próximo a 62% do PIB. Já a dívida líquida federal alcançou 23,5% do PIB, abaixo do valor esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015.



Fonte: Banco Central.

¹ O Governo Geral abrange Governo Federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais.

² A dívida líquida do setor público abrange o governo geral, o Banco Central e as empresas estatais

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF
Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcamento/principal>
Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF
Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Maia
Arthur Falcão Freire Kronenberger
Daniel Veloso Couri
Ingo Antonio Luger
Paulo Roberto Simão Bijos
Túlio Cambraia

FORMATAÇÃO/IMPRESSÃO

Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF | Senado Federal